



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



LEI Nº 1002/2025

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Novo Progresso para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

GELSON LUIZ DILL, Prefeito Municipal de Novo Progresso, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º – Esta Lei estima as Receitas e fixa as Despesas para a Lei Orçamentária Anual do Município de Novo Progresso, Estado do Pará, para o Exercício Financeiro de 2025, nos termos do Art. 165, Parágrafo 5º. da Constituição Federal, da Lei Federal Nº. 4320/64, da Lei Complementar Federal Nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício a que se refere, no valor total de **R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões)**.

Artigo 2º – As receitas estimadas, e as despesas fixadas para o exercício financeiro de 2025, compreende o seguinte desdobramento:

I – O Orçamento Fiscal dos poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, corresponde ao valor total de **R\$ 199.217.000,00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos e dezessete mil reais)**;

II – O Orçamento da Seguridade Social incluindo todos os órgãos e entidades, a quem detém competência para executar as ações nas áreas de Saúde e Assistência Social, quer sejam da Administração Direta, ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, compreende o montante de **R\$ 50.783.000,00 (cinquenta milhões e setecentos e oitenta e três mil reais)**.

Artigo 3º – A estimativa da Receita Orçamentária, já com as devidas deduções legais, será realizada, mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras fontes de recursos, auferidas pelo Ente Municipal para a alocação e cobertura das despesas públicas, cujos ingressos constituem receita pública, na forma da legislação em vigor, e de



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



acordo com as especificações a seguir:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 - Por Categoria Econômica

RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES	R\$	239.551.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	27.848.500,00
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	-R\$	17.400.000,00
TOTAL	R\$	250.000.000,00

2 – Por Fontes (Origem da Receita)

RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES	R\$	239.551.500,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$	33.119.000,00
Contribuições	R\$	5.500.000,00
Receita Patrimonial	R\$	2.033.000,00
Transferências Correntes	R\$	198.294.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	605.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	27.848.500,00
Transferências de Capital	R\$	27.848.500,00
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	-R\$	17.400.000,00
Transferências Correntes	-R\$	17.400.000,00
TOTAL	R\$	250.000.000,00

Artigo 4º – As Despesas fixadas serão realizadas de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – Por Órgãos da Administração

DESPESAS	
ORGÃO	VALOR FIXADO
01 - CAMARA MANICIPAL	R\$ 6.300.000,00



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 2.100.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	R\$ 2.600.000,00
04 - SEC. MUNICIPAL DE ADM.E PLANEJAMENTO	R\$ 15.000.000,00
05 - SEC. MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS	R\$ 7.400.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 100.124.500,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 45.477.000,00
08 - SEC. MUN. TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	R\$ 5.206.000,00
09 - SEC. MUN. OBRAS, TRANSP. SERVIÇOS URBANOS	R\$ 52.787.000,00
10 - SEC. MUN. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	R\$ 1.200.000,00
11 - SEC. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRÂNSITO	R\$ 2.905.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 3.900.000,00
15 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.000.000,00
TOTAL	R\$ 250.000.000,00

2 – Despesa por Categoria Econômica

DESPESA	
CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR FIXADO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 189.825.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 55.174.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - (EMENDAS IMPOSITIVAS)	R\$ 2.500.000,00
TOTAL	R\$ 250.000.000,00

Artigo 5º – Nos termos do art. 7º, da Lei Federal Nº. 4.320/64, respeitadas as demais prescrições constitucionais, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos e entidades da Administração Municipal Direta, Indireta e Autárquica, no curso do exercício financeiro de 2026, mediante edição de ato próprio, autorizados a:

I – Proceder à abertura de créditos adicionais suplementares previstos na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal Nº. 4.320/64, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos para sua cobertura os previstos no inciso III do art. 43 da mesma Lei Federal Nº. 4.320/64;

II – Proceder à abertura de créditos adicionais suplementares previstos na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal Nº. 4.320/64, por conta e até o montante, do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



exercício anterior, na forma do inciso I, § 1º do art. 43 da mesma Lei Federal Nº. 4.320/64;

III – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumulado mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando ainda a tendência do exercício, na forma inciso II, § 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal Nº. 4320/64;

IV – Utilizar os recursos vinculados à conta de Reserva de Contingência, nas situações previstas no Art. 5º, III da Lei Federal Nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Art. 8º da Portaria Interministerial Nº. 163, de 04 de maio de 2000;

V – Proceder à abertura, no curso da execução do Orçamento de 2026, de créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação para cobrir despesas vinculadas aos convênios pactuados pelo município até 31/12/2025, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação na dotação, bem como sempre que houver excesso de arrecadação em uma fonte já existente, até o montante dos valores arrecadados (excedidos) pelo convênio;

VI – Proceder à abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos entre elementos de despesa da mesma fonte através de Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo, conforme art. 167, VI da Constituição Federal.

VII - Ficam excluídos do limite fixado no inciso I, art. 5º desta Lei, as autorizações contempladas nos incisos II, III, V.

Artigo 6º – Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente e dentro de sua capacidade de endividamento.

Artigo 7º – Os recursos oriundos de convênios pactuados no exercício financeiro de



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



2026 poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Artigo 8º – A execução orçamentária seguirá o disposto na Lei Municipal Nº. 988/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026 a 2029 e suas alterações posteriores, bem como observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Artigo 9º – A Reserva de Contingência estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nesta Lei para o exercício de 2026, será destinada à cobertura de passivos contingentes e de outros riscos fiscais e poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme dispõe a Lei Complementar Federal Nº. 101, de 2000, e a Portaria Nº. 42, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Artigo 10º – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário. ?

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Progresso, Estado do Pará, em 20 de outubro de 2025.

GELSON LUIZ DILL
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



O presente documento está estruturado da seguinte forma:

1 – Projeto de Lei;

2 – Anexos da Lei Federal Nº. 4.320/64.

Anexo 01 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Anexo 02 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Anexo 02A – NATUREZA DA DESPESA SUGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Anexo 06 – ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

Anexo 07 – DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

Anexo 08 – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO DOS RECURSOS

Anexo 09 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

3 – Anexos da Lei Orçamentária Anual

Anexo 01 – QUADRO DAS DOTACOES POR ORGAO DO GOVERNO E DA ADMINISTRACAO

Anexo 02 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES E DAS DESPESAS POR USO

Anexo 03 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESAS POR FUNÇÕES

Anexo 04 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

Anexo 05 – DEMONSTRATIVO DA EVOLUCAO DA RECEITA E DESPESA

Anexo 06 – DEMONSTRATIVO PARA CONFERÊNCIA DA RECEITA

Anexo 07 – RECEITAS E DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS

Anexo 08 – DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM OS OBJETIVOS E AS METAS CONSTANTES DO ANEXO DE METAS FISCAIS